



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

ATALIA DE ARAÚJO

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA PROPOSTA
DIDÁTICA A PARTIR DO LETRAMENTO FINANCEIRO**

Araguaína/TO

2021

ATALIA DE ARAÚJO

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA PROPOSTA
DIDÁTICA A PARTIR DO LETRAMENTO FINANCEIRO**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal do Tocantins-Campus Universitário de Araguaína, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Sinval de Oliveira

Araguaína/TO
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

D285e De Araújo, Atalia.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA
PROPOSTA DIDÁTICA A PARTIR DO LETRAMENTO FINANCEIRO . /
Atalia De Araújo. – Araguaína, TO, 2021.

59 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Araguaína - Curso de Matemática, 2021.

Orientador: Professor Dr. Sinval De Oliveira

1. Introdução. 2. Educação Financeira. 3. Proposta de Sequência Didática.
4. Considerações finais. I. Título

CDD 510

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ATALIA DE ARAÚJO

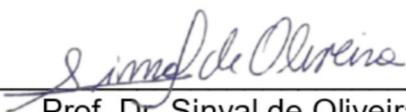
**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA PROPOSTA
DIDÁTICA A PARTIR DO LETRAMENTO FINANCEIRO**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal do Tocantins- Campus Universitário de Araguaína, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Matemática.

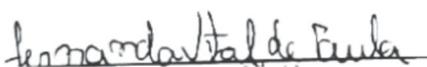
Orientador: Prof. Dr. Sinval de Oliveira

Data de aprovação: 31/03/2021

Banca Examinadora



Prof. Dr. Sinval de Oliveira, UFT



Profa. Dra. Fernanda Vital de Paula, UFT



Prof. Me. Rogerio dos Santos Carneiro, UFT

Araguaína, 2021

Esta monografia é dedicada a Deus, aos meus pais, pilares da minha formação como ser humano, e aos meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, pelo Dom da vida e por todas as bênçãos concedidas para que eu chegasse até aqui, sem ele, nada disso seria possível.

Aos meus pais, Cleudiléia P. de Araújo e Cezário B. de Araújo, por todo amor, força e incentivo nas horas difíceis. Mas, especialmente a minha mãe, pois ela foi a única que nunca duvidou da minha capacidade.

Aos meus irmãos, Amanda, Ana Caroline, Kaliane, César Douglas e Carla Regina, saibam que amo vocês e que me esforço para ser uma pessoa pela qual vocês se orgulhem.

Ao meu namorado Nailson Ribeiro, pelo apoio e carinho. Aos meus primos Lucas e Fernando, por estarem sempre presentes na minha vida, me ajudando sempre que necessário.

Ao meu orientador professor Dr. Sinval de Oliveira, pela paciência, cuidado, respeito e atenção, por sempre estar disponível para me orientar e me dar ideias maravilhosas, que foram essenciais para a realização desse trabalho, gratidão por tudo, principalmente por ter me aceito como sua orientanda mesmo já tendo várias pessoas para orientar.

Agradeço à minha amiga Galbnéia Coelho, por todo seu amor para comigo, pelo apoio incondicional e conselhos, por sempre me animar nos momentos difíceis da minha graduação e vida.

Às minhas amigas e companheiras Gabriella e Maiza, muito obrigada pela força, apoio incondicional, companhia e amizade durante esses quatro anos, levarei vocês para sempre em meu coração. Aos meus amigos Pedro Darc e Victor de Jesus, por nunca me negarem ajuda e apoio a partir do momento que entraram na minha vida, saibam que sou grata pela amizade de vocês.

Aos meus colegas de curso, Gabriela Santana, Jozieldo karajá, Morgana, Daniel Carlos, Janaina, Ronaldo, Pablo Henrique, Bruna, Ludemilla, Erica, Djane, Daffny, Sarah, Fernanda, Daniel, João Paulo, Guilherme, Huan, por compartilharem comigo tantos momentos de descobertas e aprendizado e por todo o companheirismo.

E por fim, agradeço a todos os professores do colegiado de Matemática Câmpus de Araguaína, meu muito obrigado por todos os ensinamentos, e paciência.

*Só se pode alcançar um grande êxito
quando nos mantemos fiéis a nós mesmos.*

Friedrich Nietzsche

RESUMO

A Educação Financeira está relacionada com nosso cotidiano e não existem dúvidas que deve ser ensinada desde a Educação Básica, pois a mesma pode auxiliar nos hábitos de consumo da sociedade. Em vista disso, este trabalho procurou responder o seguinte questionamento: *Como abordar conceitos de Educação Financeira na Educação Básica?* O objetivo principal desta pesquisa foi a elaboração de uma abordagem metodológica voltada ao ensino de Educação Financeira. A metodologia utilizada para a realização do estudo foi a pesquisa bibliográfica, juntamente com realização de fichamentos para o registro de dados e informações conceituais que foram articulados na concepção de uma proposta didática. Como resultados destaca-se a apresentação de uma proposta didática que respeita orientações de planejamento, que foi organizada na forma de uma feira para a exploração de conceitos financeiros de modo dinâmico e ilustrativo a partir dos níveis de Letramento Financeiro e os objetivos da Estratégia Nacional de Educação Financeira-ENEF. A proposta foi denominada por “Feira da Educação Financeira”.

Palavras-chaves: Endividamento. Feira da Educação Financeira. Sociedade consumista. Hábitos Financeiros.

ABSTRACT

Financial Education is related to our daily lives and there are no doubts that should be taught since Basic Education, as it can help in the consumption habits of society. In view of this, this work tried to answer the following question: How to approach concepts of Financial Education in Basic Education? The main objective of this research was to develop a methodological approach aimed at teaching Financial Education. The methodology used to carry out the study was bibliographic research, together with the creation of records for the registration of data and conceptual information that were articulated in the design of a didactic proposal. As a result, we highlight the presentation of a didactic proposal that respects planning guidelines, which was organized in the form of a fair for the exploration of financial concepts in a dynamic and illustrative way from the levels of Financial Literacy and the objectives of the National Strategy for Financial Education-ENEF. The proposal was called "Financial Education Fair".

Keywords: Indebtedness. Financial Education Fair. Consumer society. Financial Habits.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Modelo Conceitual de Letramento Financeiro	19
Figura 2- Desempenho médio em Letramento Financeiro	22
Figura 3- Dimensão Espacial e Temporal da Educação Financeira	27
Figura 4- Relações entre objetivos temporais, objetivos espaciais e competências.	29
Figura 5- Capa do Vídeo	37
Figura 6- Exemplo de alimentos necessários e supérfluos	37
Figura 7- Exemplo de problemas.....	39
Figura 8- Modelo de planilha para orçamento familiar.....	41
Figura 9- Anúncio Conta Next Joy.....	42
Figura 10- Anúncio Conta Kids.....	43
Figura 11- Phishing com erros ortográficos	44
Figura 12- Phishing oferecendo recompensa	45
Figura 13- Exemplo de atividade sobre phishing.....	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Competências por nível de aprendizagem	21
Quadro 2- Comparativo do percentual de Letramento Financeiro: Brasil x OCDE...	23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEF- Associação de Educação Financeira

AMBIMA- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM&FBOVESPA- Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

CNDL- Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas

CNseg- Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

COREMEC- Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização.

EF- Educação Financeira

ENEF- Estratégia Nacional de Educação Financeira.

FEBRABAN- Federação Brasileira de Bancos.

GT- Grupo de Trabalho.

MEC- Ministério da Educação.

MF- Ministério da fazenda.

MJ- Ministério da Justiça.

MPS- Ministério da previdência social.

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

PCNs- Parâmetros Curriculares Nacionais.

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA- Plano Plurianual

SPC- Serviço de Proteção ao Crédito

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. EDUCAÇÃO FINANCEIRA	16
2.1 Letramento Financeiro.....	18
2.2 Estratégia Nacional de Educação Financeira	24
2.3 Educação Financeira no Ensino Fundamental II	30
3. PROPOSTA DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE CONCEITOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA	33
3.1 Feira de Educação Financeira.....	34
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	49

1. INTRODUÇÃO

De acordo com uma pesquisa publicada em 2018 sobre Educação Financeira (EF) realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), controlar as finanças é um obstáculo para 45% dos brasileiros. O estudo revela ainda que 31% dos consumidores são inseguros para gerir recursos em espécie e 34% nem administram suas finanças. É perceptível a dificuldade que os brasileiros apresentam no que diz respeito ao controle de seus orçamentos. Em razão disso, uma alternativa para modificar esse cenário atual é ampliar a dimensão do trabalho com a Educação Financeira nas escolas, pois a mesma é um processo de aprendizado, onde a pessoa desenvolve a capacidade de dominar o dinheiro de forma planejada, evitando endividamentos, e tornando-se mais consciente em cada ação relacionada ao mesmo, além de diminuir gastos não essenciais, ou seja, valorizar o seu dinheiro.

Segundo Cerbasi (2011. p. 17), “começar cedo e de forma correta educar os filhos sobre dinheiro, pode diferenciar um milionário de um endividado”. No entanto, ainda há quem diga que dinheiro não é coisa para criança. Muitos pais se encontram ligados à ideia de que se o filho estudar e adquirir um bom emprego quando adulto será suficiente para que ele tenha uma estabilidade financeira adequada. Mas, a verdade é que a EF é essencial para obtenção de tal estabilidade, tendo em vista que além de ensinar a economizar, também mostra maneiras adequadas de manusear o dinheiro, como construir recursos financeiros e usá-los de maneira segura.

De acordo com Secco (2014), quanto antes as crianças aprenderem a lidar com seus recursos financeiros, mais experiências terão para gerir seus investimentos no futuro. Além do mais, precisamos levar em consideração que as crianças serão futuros consumidores e precisam saber administrar suas finanças de forma prática e inteligente.

Nesse sentido, a introdução da Educação Financeira no contexto que circunscreve as atividades das crianças na família, escola, tendem a contribuir para um melhor controle das finanças pessoais. Saber guardar, poupar para comprar algo importante ou realizar algum projeto e, também economizar para ter recursos extras para alguma adversidade, se constitui uma atitude proativa frente às incertezas dos cenários econômicos.

Em relação à EF nas escolas, não existe uma disciplina específica para a sua exploração, seus conteúdos são implementados, em muitos casos, a partir de iniciativas vinculadas a algumas aulas da disciplina Matemática.

Durante a realização do meu estágio, foi possível notar que houve algumas ações para implantação da EF e seus conteúdos formais ao currículo da Educação Básica, porém, o conteúdo é explorado em sala de aula com os alunos de forma pontual, ou seja, foi adicionado como um tema transversal, sendo inserido em alguma atividade na forma de palestra. Segundo D'Aquino (2008), nos países desenvolvidos, a EF das crianças cabe às famílias e, nas escolas, essas crianças irão aprimorar os conhecimentos adquiridos previamente em casa. No Brasil a EF é insuficiente, uma vez que ela não está presente no cotidiano das famílias brasileiras, tampouco nas escolas de ensino básico como um componente curricular obrigatório.

As crianças, os adolescentes, jovens e adultos que não sabem manipular o dinheiro, independente da quantia que tenham, estão sujeitos a terem problemas com suas finanças mais facilmente. Pois, saber ganhar, gastar e poupar, de forma acertada são habilidades que todos nós precisamos desenvolver no decorrer da vida. “E como não é adotada essa cultura desde a infância, é necessário que nos esforcemos em dobro para ensiná-la a nossos filhos” (D'AQUINO, 2008, p. 9).

Portanto, diante dos fatos supracitados e levando em consideração que vivemos em uma sociedade pouco adaptada à administração adequada de suas finanças, das consequências que essa falta de controle trás, e da plausível importância da EF para mudar esse cenário, busca-se responder neste estudo a seguinte questão: Como abordar conceitos de Educação Financeira na Educação Básica?

O uso de ferramentas financeiras, no caso os conceitos financeiros, demonstrados de uma forma simplificada e funcional, é a característica básica do objetivo principal desta pesquisa, que consiste em desenvolver uma abordagem metodológica para o ensino da Educação Financeira, com foco no Ensino Fundamental II. No entanto, conjectura-se pela aplicabilidade da mesma para o Ensino Médio, ou mesmo, a Educação de Jovens e Adultos, obviamente guardando as singularidades de cada um desses níveis e ou modalidade de ensino.

Já se pode adiantar que as concepções da proposta se constituirão a partir dos níveis de Letramento Financeiro e os objetivos buscados pela ENEF, de modo

que propicie aos estudantes conhecimentos básicos sobre as finanças, dando a eles autonomia e segurança em relação a sua vida financeira no futuro.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os fatos históricos da Educação Financeira, assim como da Estratégia Nacional de Educação Financeira- ENEF que foi marco principal da sua chegada ao Brasil, além de mostrar os níveis de Letramento Financeiro alcançado pelos alunos brasileiros de acordo com o PISA 2015 e uma análise dos resultados oferecidos pela ENEF sobre o uso dos livros de Educação Financeira como projeto piloto no Ensino Fundamental II.

A partir daí, surgiu a ideia de trabalhar conceitos financeiros de forma dinâmica e ilustrativa para melhor compreensão e interesse dos alunos. Então foram escolhidos alguns conceitos financeiros para serem elaboradas as atividades e foi feita também uma consulta aos livros didáticos recomendados pela ENEF, para analisar a forma como são abordados os conceitos financeiros. E assim foi elaborada uma proposta de “Feira da Educação Financeira”.

Segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 43-44), a pesquisa bibliográfica “trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto [...]”.

Conforme esclarece Boccato (2006, p. 266):

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

O estudo do material bibliográfico encontrado, por meio de fichamentos cumpriram um papel importante, pois além do registro cuidadoso das referências utilizadas, também permitiu a identificação conceitual de Letramento Financeiro, o qual se constituiu em um dos elementos basilares para a estruturação da proposta de tal forma que a mesma apresentasse, entre outras qualidades, a viabilidade de ser implementada, ou mesma adaptada para outros contextos, conforme o interesse profissional dos educadores que dela fizerem uso.

Quanto à estrutura do trabalho, adianta-se que ele possui quatro capítulos, sendo o primeiro deles a Introdução, onde um apanhado geral sobre o tema foi exposto, algumas contextualizações, o objetivo geral do trabalho, o tipo de pesquisa e metodologia utilizada, a problemática, justificativa e estrutura do trabalho.

No segundo capítulo, apresenta-se uma abordagem sobre a Educação Financeira de caráter geral, com a exploração de aspectos históricos, conceitos e justificativas. Nessa mesma direção, elementos históricos, objetivos, diretrizes e leis da Estratégia Nacional de Educação Financeira- ENEF, constituíram-se como parte dos estudos realizados. Por fim, nessa seção abordamos sobre o Letramento Financeiro e algumas reflexões sobre a Educação Financeira no Ensino Fundamental II são caracterizadas e ajudaram no estabelecimento contextual que este estudo se propôs a fazer.

O terceiro capítulo será dedicado à construção de uma proposta didática voltada à Educação Financeira. Convém destacar a importância dos elementos conceituais identificados na literatura estudada, pois na organização da proposta procurou-se materializá-los em diferentes contextos que integram a mesma na forma de uma “Feira da Educação Financeira” tendo como público-alvo os alunos do Ensino Fundamental II.

No quarto e último capítulo, as Considerações Finais sobre o trabalho exprimem algumas das reflexões que demonstram a importância da EF para formação cidadã de crianças e adolescentes em idade escolar.

2. EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Na história da humanidade, há relatos de que desde o início já existia a necessidade de compra e venda. Só que nem sempre existiu o dinheiro, então as pessoas utilizavam o método da troca. Sendo assim, trocavam o que possuíam pelo que necessitavam. Conforme D'Aquino (2008), inúmeros objetos e utensílios foram usados como dinheiro em diversos momentos da história e em diferentes lugares. Tal comércio era denominado escambo.

Com o passar dos anos, ocorreu a descoberta dos metais preciosos (ouro, cobre e prata) e constataram que a utilização destes era uma forma mais justa de se valorizar o que se obtinha para comercialização. Então, foram aperfeiçoando estes metais, escriturando e, na idade média foi criado o papel moeda. Os comerciantes da época passaram a guardar seus ouros com os ourives¹ e em troca, recebiam o papel moeda (PEREIRA, et al, 2009).

Quando nos referimos ao surgimento da Educação Financeira no Brasil, não faz muito tempo que o tema começou a ser discutido no país, relatos mostram que antes de 1994 o país viva com altos índices de inflação e pacotes governamentais que alterava a situação econômica do país constantemente, tornando-a instável. Assim, tornando impossíveis planejamentos em longo prazo e, impossibilitando a orientação de pessoas em suas decisões econômicas. Só após o Plano Real, a moeda foi estabilizada e a sociedade brasileira passou a entender melhor o valor do dinheiro, tornando-se possível comparar preços, financiar produtos e planejar conquistas de longo prazo.

Até o fim dos anos 1990, o assunto educação financeira resumia-se nas chamadas “dicas de investimento”, as quais eram dadas pelos especialistas em produtos do mercado financeiro da época, onde ensinavam as pessoas que já possuíam algum recurso, investir, economizar e multiplicar. Com a melhora da situação econômica a partir de 1999, alguns elementos foram importantes para impulsionar a prática da EF no Brasil, como exemplo: o controle da inflação, o aumento da bancarização e maior acesso ao crédito.

¹ Fabricante, vendedor e negociante de peças de ouro e prata.

Sabe-se que até o ano de 2010 eram pouquíssimas as ações voltadas para EF, podendo considerar que o seu nascimento formal no Brasil se deu a partir da criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) com o Decreto 7397/2010, publicado no Diário Oficial de União de 22 de dezembro de 2010. Desde então, a Educação Financeira começou a ganhar repercussão inclusive no âmbito escolar, onde um dos seus principais objetivos é explicar e simplificar o entendimento das atividades financeiras. Ademais, em longo prazo, construir nas pessoas uma consciência diferenciada quanto ao uso correto do dinheiro.

O site oficial da ENEF utiliza o seguinte conceito para Educação Financeira, o mesmo definido pela OCDE (2005, p.4):

Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.

Hill (2009) procura conceituar a Educação Financeira como a habilidade que os indivíduos apresentam de fazer escolhas adequadas ao administrar suas finanças pessoais durante o ciclo de sua vida.

Para D'Aquino (2012), Educação Financeira é a capacidade, possibilidade de ensinar a criança aprender a ganhar dinheiro e saber resolver problemas financeiros simples. Ou seja, quanto maior o conhecimento da criança e sua capacidade de resolver problemas econômicos, maior o dinheiro que ela pode ganhar.

A Educação Financeira contribui na mudança do comportamento financeiro de uma pessoa. E para entender a sua importância perante a sociedade não precisamos ir muito longe, basta ter noção mínima sobre as altas taxas de endividamento da população brasileira. De acordo com o PEIC/CNC (Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor) no ano de 2020, em média, 66,5% dos consumidores no país estão endividados. O Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) também fez uma pesquisa em 2020, e constatou que o país atingiu 61,88 milhões de pessoas negativadas.

Em vista disso, com níveis tão elevados de endividamentos, podemos afirmar que a inclusão de uma Educação Financeira de qualidade na sociedade, é uma via

fundamental para que uma pessoa consiga evitar as dívidas e, principalmente, saber investir o seu dinheiro, aumentando o seu patrimônio e conquistando os seus sonhos, e os programas de ensino da educação básica podem contribuir nessa tarefa.

Um fator importante e que não podemos esquecer no âmbito das discussões sobre a EF é o Letramento Financeiro, o qual será explorado na próxima seção.

2.1 Letramento Financeiro

Antes de irmos direto ao conceito de Letramento Financeiro ou *literacia* financeira, definiremos primeiramente a *literacia* (ou letramento) de uma forma mais geral. O vocábulo letramento que surgiu, no Português, da versão da palavra da língua inglesa *literacy*, oriunda, por sua vez, do latim *littera* (letra) e acrescida do sufixo “-cy” denota qualidade, condição, estado, fato de ser. Assim, *literacy*, na língua inglesa, significa a condição de ser letrado (SOARES, 2016).

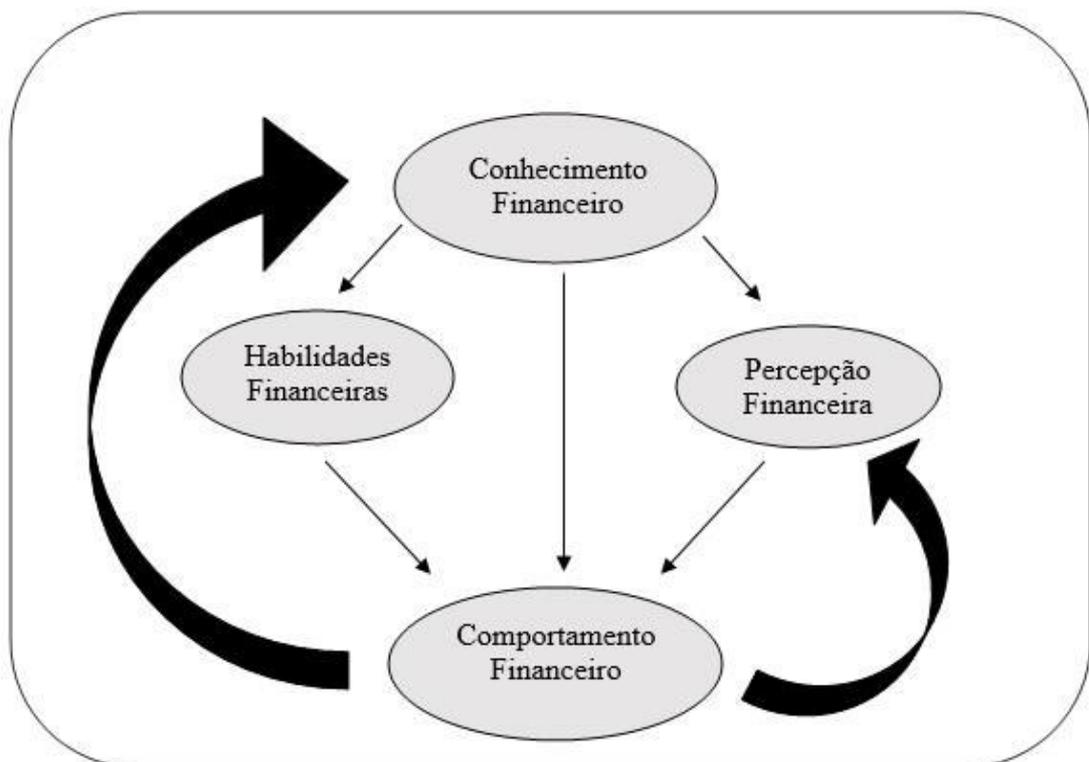
Algumas pessoas confundem o conceito de alfabetização e letramento, a verdade é que há uma diferença entre os dois termos. A alfabetização é o processo de aprendizado da leitura e escrita, o indivíduo devidamente alfabetizado sabe ler e escrever, codificar e decodificar a escrita e os números. Já o letramento é o desenvolvimento do uso competente da leitura e escrita nas práticas sociais, uma pessoa que seja letrada adquire a capacidade de interpretar textos e fazer reflexões. Então, entende-se que a pessoa ser alfabetizada não necessariamente ela seja letrada.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define letramento como a capacidade para identificar, compreender, interpretar, criar, comunicar e usar novas tecnologias, de acordo com os diversos contextos; envolve um processo contínuo de aprendizagem que permite que os indivíduos alcancem os seus objetivos, desenvolvam o seu conhecimento, as suas potencialidades e participem de forma plena na comunidade e de forma mais ampla na sociedade (UNESCO, 2005). Nessa lógica, admitimos como Letramento Financeiro a capacidade de identificar, compreender, interpretar, criar e usar novas tecnologias em contextos relativos ao tratamento de problemas que envolvam planejamento e gerenciamento de finanças pessoais.

No contexto da Educação Financeira, de acordo com Vitt (2004), o letramento desempenha um papel fundamental. Ele pode ser compreendido como um método de instrumentalização do cidadão, objetivando o melhoramento da sua capacidade de tomar decisões corretas que afetem diretamente sua situação financeira, como por exemplo, a escolha por um plano de saúde ou de previdência privada.

Em consonância com estas ideias, Hung, Parker e Yoong (2009) consideram esse letramento como processo que capacita o indivíduo a utilizar adequadamente conhecimentos e habilidades para a melhor gestão possível de seus recursos financeiros, a partir de quatro variáveis totalmente relacionadas, a saber: conhecimento financeiro, atitude financeira, comportamento financeiro e habilidade financeira, como mostra a figura 1:

Figura 1- Modelo Conceitual de Letramento Financeiro



Fonte: Hung, Parker e Yoong (2009, p. 12, tradução minha).

A OCDE (2011) também define Letramento Financeiro como uma combinação de consciência crítica, conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para que cada cidadão possa tomar decisões acertadas e alcançar um nível satisfatório de bem-estar financeiro. Ou seja, o Letramento Financeiro

encontra-se diretamente relacionado à capacidade de leitura, análise e interpretação de situações financeiras e à capacidade de considerar variáveis e implicações de suas ações no processo de tomada de decisões conscientes que promovam o bem-estar financeiro individual e social.

Em 2015, o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) avaliou estudantes em Letramento Financeiro para aferir até que ponto estudantes de 15 anos possui conhecimentos e habilidades necessários para fazer uma transição bem-sucedida da escolaridade obrigatória para o ensino superior, para o emprego ou o empreendedorismo. O desempenho do Brasil em letramento financeiro ficou bem abaixo da média dos 10 países e economias da OCDE que participaram da avaliação.

A amostra brasileira para competência financeira foi de 23.141 alunos, espalhados por todos os estados. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que é o responsável pela aplicação do PISA no Brasil, do total da amostra, 12.073 são meninas e 11.068, meninos. A maioria (77,7%) estava matriculada no ensino médio, em uma escola da rede estadual (73,8%), localizada em área urbana (95,4%) e no interior (76,7%).

Os estudantes que prestaram o PISA são classificados em cinco níveis, de acordo com o desempenho obtido. Onde, pelos parâmetros da OCDE, o Nível 2 corresponde ao mínimo suficiente para que o estudante consiga se integrar na sociedade e tomar decisões que o beneficiem financeiramente. Veja no Quadro 1, a descrição de cada nível de Letramento Financeiro:

Quadro 1- Competências por nível de aprendizagem

Nível	Descrição
Nível 1 (326 até Menos de 400 pontos)	Estudantes conseguem identificar produtos financeiros comuns e interpretar informações relacionadas a conceitos financeiros básicos. Conseguem reconhecer a diferença entre precisar e querer e conseguem tomar decisões simples relativas a gastos diários. Os alunos conseguem reconhecer o propósito de documentos financeiros do cotidiano, como faturas, e aplicar operações numéricas simples e básicas (adição, subtração ou multiplicação) em contextos que provavelmente viveram.
Nível 2 (400 até menos de 475 pontos) MÍNIMO ADEQUADO	Estudantes começam a aplicar o conhecimento de produtos, termos e conceitos de finanças comumente usados. Conseguem, com base em informações dadas, tomar decisões em contextos que são relevantes para eles. São capazes de reconhecer o valor de uma simples despesa e conseguem interpretar características proeminentes de documentos financeiros do cotidiano. Os estudantes conseguem aplicar operações básicas, incluindo divisão, para responder a questões financeiras. Mostram compreensão da relação entre diferentes elementos financeiros, como a quantidade de uso e os gastos decorrentes.
Nível 3 (475 até menos de 550 pontos)	Estudantes são capazes de aplicar o conhecimento de conceitos financeiros, termos e produtos, a situações que são relevantes para eles. Começam a considerar as consequências de decisões financeiras e conseguem fazer planos financeiros simples em contextos familiares. Conseguem fazer interpretações diretas de diversos documentos financeiros e conseguem aplicar uma variedade de operações numéricas básicas, incluindo cálculo de porcentagem. Eles conseguem escolher a operação numérica que precisam para resolver problemas rotineiros em contextos financeiros relativamente comuns, como cálculos de despesas.
Nível 4 (550 até menos de 625 pontos)	Os estudantes são capazes de aplicar a compreensão de conceitos e termos financeiros menos comuns em contextos que serão relevantes para eles quando forem adultos, como manejo de contas bancárias e interesse em economizar. Eles são capazes de interpretar e avaliar uma gama de documentos financeiros detalhados, como declarações bancárias, e explicar funções de produtos financeiros menos comuns. Eles são capazes de tomar decisões financeiras levando em consideração consequências de longo prazo, como a compreensão dos custos decorrentes do pagamento de um empréstimo em um período mais longo. Os estudantes também conseguem resolver problemas rotineiros em contextos financeiros menos comuns.
Nível 5 (Nível 5 (625 pontos ou mais))	Estudantes conseguem aplicar o conhecimento de uma grande gama de termos financeiros e conceitos a contextos que podem apenas tornar-se relevantes no longo prazo. São capazes de analisar produtos financeiros complexos e conseguem levar em consideração características de documentos financeiros que são importantes, mas não de uma maneira óbvia e imediata, como custos de transações financeiras. Eles podem trabalhar com um nível de precisão alto e resolver problemas financeiros não rotineiros. Os alunos nesse nível conseguem descrever potenciais resultados de decisões financeiras, como a cobrança e pagamento de imposto de renda, mostrando uma ampla compreensão de cenário.

Fonte: Adaptado OCDE (2017)

No Brasil, há mais alunos com desempenho abaixo do nível básico de proficiência (nível 2) em Letramento Financeiro do que em outros níveis de proficiência. Dados nos revelam que 53,3% dos estudantes, em comparação com 22,3% da média entre os 10 países/economias participantes da OCDE, na melhor das hipóteses, esses alunos conseguem identificar produtos e termos financeiros comuns, reconhecer a diferença entre necessidades e desejos, e tomar decisões simples sobre os gastos diários em contextos que eles, provavelmente já experimentaram pessoalmente. Por exemplo, os alunos com desempenho abaixo do Nível 2 em Letramento Financeiro conseguem, no máximo, responder a uma questão que pede o reconhecimento do propósito de um documento financeiro cotidiano, como uma fatura. (PISA, 2015).

O Brasil ocupou o último lugar de desempenho em competência financeira. A nota geral do país foi 393,5, ou seja, abaixo dos 400 considerados o mínimo suficiente pela OCDE. Dos 23.141 estudantes brasileiros avaliados, 12.691 ficaram abaixo desse nível. Veja a Figura 2:

Figura 2- Desempenho médio em Letramento Financeiro

	Score médio	Amplitude da classificação	% de alunos	
			Abaixo do Nível 2	Nível 5
Média da OECD (10)	489		22,3	11,8
B-S-J-G (China)	566	1 - 1	9,4	33,4
Bélgica (Flamengo)	541	2 - 3	12,0	24,0
Províncias Canadenses	533	2 - 3	12,7	21,8
Rússia	512	4 - 5	10,9	10,5
Países Baixos	509	4 - 6	19,2	17,5
Austrália	504	5 - 6	19,7	15,4
Estados Unidos	487	7 - 9	21,6	10,2
Polônia	485	7 - 9	20,1	8,0
Itália	483	7 - 9	19,8	6,5
Espanha	469	10 - 10	24,7	5,6
Lituânia	449	11 - 12	31,5	3,7
Eslováquia	445	11 - 12	34,7	6,3
Chile	432	13 - 13	38,1	3,1
Peru	403	14 - 14	48,2	1,2
Brasil	393	15 - 15	53,3	2,6

Fonte: PISA (2015, p.3)

Notas:

- Países e economias da OCDE estão em fonte preta e países e economias parceiros em fonte azul.
- “Províncias Canadenses” refere-se as sete províncias do Canadá participantes da avaliação de Letramento Financeiro do Pisa 2015: Columbia Britânica, Manitoba, Nova Brunswick, Terra Nova e Labrador, Nova Escócia, Ontário e Ilha do Príncipe Eduardo.

- B-S-J-G (China) refere-se às quatro províncias e municípios da China participantes da avaliação de Letramento Financeiro no PISA 2015: Beijing, Shanghai, Jiangsu e Guangdong.

Apenas 2,6% dos estudantes no Brasil apresentaram os melhores resultados em Letramento Financeiro, e isso significa que sua proficiência se situa no Nível 5 (em comparação com 11,8% em média entre os 10 países/economias participantes da OCDE). Esses estudantes conseguem analisar produtos financeiros complexos, resolver problemas financeiros não rotineiros e demonstrar uma compreensão do cenário financeiro mais amplo. Por exemplo, os alunos com desempenho no Nível 5 conseguem responder a uma questão a qual pede que eles identifiquem e respondam adequadamente a um e-mail de conteúdo financeiro com teor fraudulento. (PISA, 2015). Verifique o Quadro 2:

Quadro 2- Comparativo do percentual de Letramento Financeiro: Brasil x OCDE

Níveis	Média do Brasil	Média dos países membros da OCDE
Nível 1 ou abaixo	53,3%	22,3%
Nível 2	22,2%	21,8%
Nível 3	14,8%	24,9%
Nível 4	7,1%	19,2%
Nível 5	2,6%	11,8%

Fonte: Adaptado PISA (2015, p.2)

Considerando os níveis de desempenho, a maior quantidade de estudantes brasileiros, 6.742, está no Nível 1, ou seja, obtiveram mais que 326 e menos que 400 pontos na avaliação. Outros 5.949 estão abaixo do Nível 1, ou seja, não são, no geral, capazes sequer de reconhecer a diferença entre precisar e querer, nem de tomar decisões simples relativas a gastos diários, competências dominadas por estudantes que estão pelo menos no nível 1.

Portanto, levando em consideração os dados dos estudos apresentados, cabe a nós refletirmos sobre a importância da implantação de uma Educação Financeira de qualidade nas escolas, bem como o desenvolvimento conceitual do Letramento Financeiro dos alunos. Tendo em vista que, os dados brasileiros em relação com os

demais países indicam a necessidade de investimento em ações de formação para uma Cultura da Educação Financeira.

2.2 Estratégia Nacional de Educação Financeira

Ao falar de Educação Financeira, não podemos deixar de citar o marco principal para sua implantação no Brasil. Como falado anteriormente, antes da criação da ENEF, o tema Educação Financeira era pouco abordado. Então, com o intuito de aprimorar a EF no país, o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização- COREMEC constituiu o Grupo de Trabalho (GT) por meio da Deliberação nº 3, de 31 de maio de 2007, com o objetivo de elaborar num período de 6 meses a Estratégia Nacional de Educação Financeira, a qual deveria ser construída em conjunto com representantes do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil.

Conforme o § 1º do art. 2º da citada deliberação, o GT poderia contar com a cooperação de membros auxiliares que deveriam ser representantes de entidades de classe, associações representativas ou organizações autorreguladoras dos mercados sob a supervisão do COREMEC. Assim sendo, foram convidados os seguintes colaboradores para compor o GT: a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde suplementar (CNSEG), a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Justiça (MJ), o Ministério da Fazenda (MF), e também o Ministério da Previdência Social (MPS). (BRASIL, 2007, apud CARDOZO, 2011, p. 56).

Foi orientado ao GT que deveria ser apresentado um documento final, o qual seria denominado Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), e que seria aprovado pelo COREMEC, onde esta teria que conter um relatório e uma proposta de atuação, que trate dos devidos aspectos, conforme § 1º do art. 5º da citada Deliberação:

a) público-alvo a ser atingido, estabelecendo a devida segmentação, conforme a prioridade sugerida: por faixa etária (crianças, jovens, adultos e terceira idade), escolaridade (fundamental, médio, superior e pós-graduação), de renda (classe econômica), por atividade (pequenos e

médios empreendedores, trabalhadores, professores, profissionais de mercado, gerentes de bancos, magistrados, membros do Ministério Público etc.) ou por região;

b) objetivos a serem priorizados: crescimento do mercado, inclusão financeira, proteção do investidor, desenvolvimento social, etc.;

c) áreas a serem priorizadas: desenvolvimento de habilidades em finanças pessoais, estímulo à poupança, relacionamento com crédito, micro-crédito, financiamento à habitação, proteção de investidores, inclusão no sistema financeiro, previdência e preparação para a aposentadoria, seguros etc.;

d) ações a serem desenvolvidas: páginas na rede mundial de computadores, palestras, publicações e outros impressos, cursos, seminários, encontros regionais, concursos, centrais de atendimento, treinamentos específicos, campanhas de divulgação etc.;

e) financiamento: estrutura de fontes (orçamentários, doações, cotas de participação, operações externas), modo de gestão dos recursos, instituições que aportarão recursos (p.ex., associações, entidades de classe, organizações auto reguladoras, PNUD, BID, Banco Mundial, etc.);

f) responsabilidades: órgãos e entidades governamentais a serem envolvidos e, eventualmente, instituições privadas que poderiam participar;

g) organização: modo de coordenação da estratégia, como por exemplo, por meio de uma comissão nacional ou por um órgão ou entidade já existente ou a ser criada;

h) Plano Plurianual (PPA): avaliação quanto à necessidade de criação de Programa ou Ações no PPA, sugerindo-os, em caso positivo, inclusive os respectivos indicadores e produtos, ou indicando os Programas já existentes a serem afetados;

i) avaliação da efetividade da estratégia: medida do grau de sucesso no alcance dos seus objetivos, escolha dos indicadores apropriados, metodologia e periodicidade da mensuração e responsabilidade pela auditoria dos resultados;

j) mecanismos de revisão da estratégia: responsabilidades pela reformulação, subsídios do processo de avaliação e procedimento de revisão que inclua audiências públicas. (BRASIL, 2007, p.60)

Avançando no sentido de buscar uma EF ampla, o COREMEC elaborou mais um documento para seu fomento: a Deliberação nº 5, de 26 de junho de 2008 - COREMEC, a qual estabelece as diretrizes e objetivos para a ENEF. Essa Deliberação trás, em seu artigo 2º, os objetivos da ENEF:

Art.2º Ficam definidos como objetivos da Estratégia Nacional de Educação Financeira:

I - Promover e fomentar a cultura de educação financeira no país;

II - Ampliar o nível de compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos; e

III - contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e capitalização. (BRASIL, 2008, p.32)

Enquanto o artigo 3º da citada Deliberação, define as diretrizes da ENEF:

I - Atuação permanente e em âmbito nacional;

II - Gratuidade das ações de educação financeira;

III - prevalência do interesse público;

IV - Atuação por meio de informação, formação e orientação;

V - Centralização da gestão e descentralização da execução das atividades;

VI - Formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas; e

VII - Avaliação e revisão periódicas e permanentes. (BRASIL, 2008, p.32)

Na Deliberação nº 6, de 27 de novembro de 2008, o COREMEC altera o prazo para o GT elaborar a proposta, sendo prorrogado para o dia 29 de maio de 2009. No final deste prazo, e mais uma vez sem sucesso na conclusão dos trabalhos, a Deliberação do COREMEC nº 08, de 19 de junho de 2009 estabelece um novo GT com o propósito de coordenar os atos necessários à instituição da Estratégia Nacional de Educação Financeira. Este segundo GT contou com a participação dos mesmos membros do primeiro GT, e sofreram ainda duas prorrogações de prazo autorizadas pelas Deliberações do COREMEC nº 09, de 04 de dezembro de 2009 e nº10, de 13 de julho de 2010, totalizando por fim 18 (dezoito) meses de duração.

Enfim, os trabalhos dos GT foram concluídos e, entre 2007 e 2010 a ENEF foi instituída pelo decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, com a finalidade de promover a Educação Financeira e Previdenciária, contribuindo para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores.

Os objetivos e competências da ENEF foram definidos tendo como base dimensões espaciais e temporais:

A dimensão espacial é apresentada da seguinte forma pela CONEF (2014, p. 9-10):

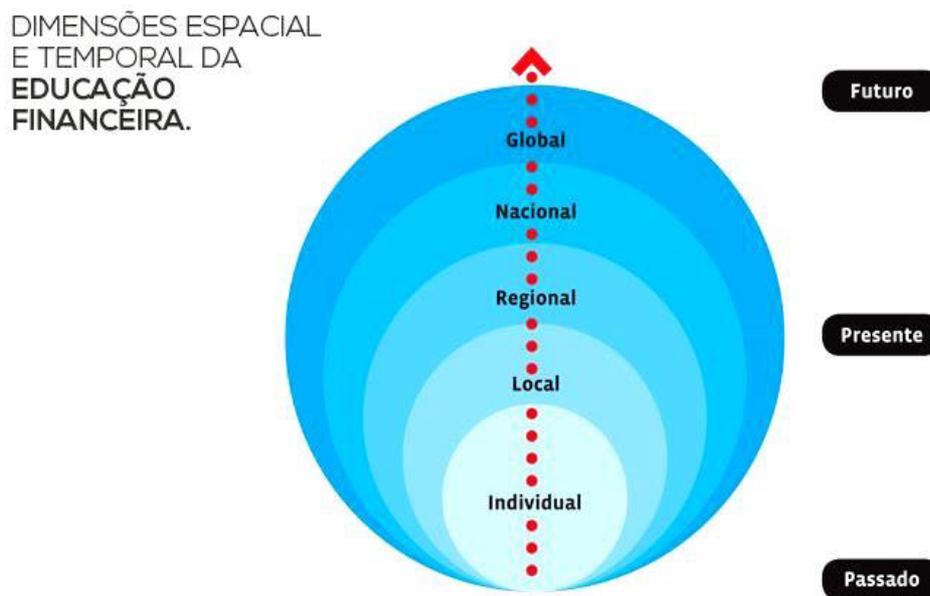
Os conceitos da Educação Financeira são tratados tomando como ponto de partida o impacto das ações individuais sobre o contexto social, ou seja, das partes com o todo e vice-versa. Esta dimensão compreende ainda os níveis individual, local, regional, nacional e global, que se encontram organizados de modo inclusivo.

Já dimensão temporal é apresentada no documento da seguinte maneira:

Os conceitos são abordados a partir da noção de que as decisões tomadas no presente podem afetar o futuro. Os espaços são atravessados por essa dimensão que conecta passado, presente e futuro numa cadeia de inter-relacionamentos que permitirá perceber o presente não somente como fruto de decisões tomadas no passado, mas também como o tempo em que se tomam certas iniciativas cujas consequências e resultados – positivos e negativos – serão colhidos no futuro. (CONEF, 2014, p.10)

Na figura 3, temos a demonstração de como se relacionam os níveis da dimensão espacial entre si e com a dimensão temporal que os atravessa.

Figura 3- Dimensão Espacial e Temporal da Educação Financeira



Fonte: (CONEF, 2014, p.10)

A proposta se apoia também em seis objetivos intimamente ligados às dimensões descritas. Quatro deles se relacionam à dimensão espacial:

- 1 – Formar para a cidadania: direito de usufruir várias possibilidades que a vida oferece, tais como liberdade, igualdade, propriedade, participação política, educação, saúde, moradia, trabalho, dentre outras. O exercício da cidadania é ingrediente indispensável da construção de uma sociedade democrática e justa;
- 2 – Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável: o consumo em níveis adequados é imprescindível para o bom funcionamento da economia, a questão é torná-lo uma prática ética, consciente e responsável;
- 3 – Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude: a compreensão da linguagem do mundo financeiro, através de um programa educativo, possibilita ao indivíduo obter as informações necessárias para que tome suas decisões de modo autônomo, independente;
- 4 – Formar multiplicadores: A implantação da Educação Financeira pretende colaborar para uma formação mais crítica de crianças e jovens que podem ajudar suas famílias na determinação de seus objetivos de vida, bem como dos meios mais adequados para alcançá-los. (CONEF, 2014, p.11-13)

E dois objetivos estão mais alinhados com a dimensão temporal, pois articulam o presente e futuro:

5 – Ensinar a planejar a curto, médio e longos prazos: para se alcançar determinada situação, é necessário um planejamento envolvendo prioridades e renúncias que não seriam cogitadas pelo pensamento exclusivo do presente;

6 – Desenvolver a cultura de prevenção: é prudente planejar pensando nas intempéries da vida. Ninguém está isento de enfrentar situações adversas e inesperadas no dia a dia que, por vezes, exigem o dispêndio de uma quantidade de dinheiro não prevista no orçamento. (CONEF, 2014, p.14)

O Art. 13, inciso III, da LDB (Lei nº 9.394/96), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, reza que cabe aos docentes “zelar pela aprendizagem do aluno”. Tal dispositivo indica que o conceito de ensino se encontra atrelado ao de aprendizagem. Em outras palavras, não se poderia mais falar que “a aula foi excelente, o aluno é que não aprendeu”, porque o ensinar passa a estar profundamente comprometido com o aprender. (CONEF, 2014, p.16)

É nesse contexto que o trabalho a partir de competências galga um patamar de apreciável importância, por ser um instrumento que se conecta estreitamente à aprendizagem do aluno. O elenco de competências trabalhadas junto aos alunos ao longo do estudo dos conceitos de Educação Financeira encontra-se diretamente ancorado nos objetivos. (CONEF, 2014, p.16). A figura 4 apresenta essa conexão entre objetivos espaciais, temporais e as competências.

Figura 4- Relações entre objetivos temporais, objetivos espaciais e competências.

		Objetivos	Competências
Objetivos espaciais	Ob1	Formar para a cidadania	Debater direitos e deveres
	Ob2	Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável	Participar de decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis
			Distinguir desejos e necessidades de consumo e poupança no contexto do projeto de vida familiar
	Ob3	Oferecer conceitos e ferramentas para tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude	Ler e interpretar textos simples do universo da Educação Financeira
Ler criticamente textos publicitários			
Ob4	Formar multiplicadores	Participar de decisões financeiras considerando necessidades reais	
Objetivos temporais	Ob5	Ensinar a planejar a curto, médio e longo prazos	Atuar como multiplicador
	Ob6	Desenvolver a cultura da prevenção	Elaborar planejamento financeiro com ajuda
Cuidar de si próprio, da natureza e dos bens comuns considerando as repercussões imediatas de ações realizadas no presente			
			Cuidar de si próprio, da natureza e dos bens comuns considerando as repercussões futuras de ações realizadas no presente

Fonte: (CONEF, 2014, p.17)

Ao falarmos da implantação do projeto nas escolas, a ENEF buscou-se adaptar à realidade da sociedade e focou no desenvolvimento e implantação de programas para três públicos-alvo: crianças, jovens e adultos. Programas estes, sendo orientados pelo Ministério da Educação e com a colaboração das secretarias de educação estaduais e municipais.

Para se aplicar o programa na escola, sugere-se que seja feito um planejamento para cada uma das séries com as indicações necessárias de quem, quando e o quê será trabalhado anualmente. Recomenda-se que tal planejamento seja elaborado de forma participativa e coletiva para que os professores possam se articular entre si. (CONEF, 2014, p.20)

O principal produto desse programa foi a elaboração de materiais didáticos na forma de livros, um para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, desenvolvidos com base no conceito de ciclos e integrando os conteúdos de finanças às situações cotidianas reais vividas de acordo com a faixa etária dos alunos. Além disso, foram desenvolvidos também livros/materiais para os professores, para orientá-los a trabalhar com as tarefas oferecidas nos livros dos alunos.

O programa sugere que o trabalho de Educação Financeira dê voz aos alunos e estimule-os a pensar de maneira própria, com capacidade para criar, concordar e discordar. A articulação dos alunos em trabalho grupal cooperativo ganha, assim, especial importância na sala de aula, por promover maior retenção de conhecimentos. O papel do professor nesse cenário é o de promover a interação grupal a partir, principalmente, do respeito mútuo. Trabalhar para a autonomia dos alunos não significa deixá-los à deriva, mas saber a hora certa de intervir com ações orientadoras e esclarecedoras quando porventura surgirem as dificuldades. (CONEF, 2014, p.20)

2.3 Educação Financeira no Ensino Fundamental II

Não é novidade que a EF deveria começar o mais cedo possível e ser ensinada nas escolas. A importância da inserção do tema nas salas de aulas não é nova, pois quanto antes a criança criar vínculo com o tema, melhor desenvolvimento ela terá durante a vida.

Desde a crise financeira de 2008 que acentuou ainda mais a relevância do assunto, vários estudos sobre o impacto do ensino de educação financeira nas escolas vêm sendo conduzidos em diversos países. Segundo Bover et al (2018, apud, SOUZA, 2019) na Espanha, por exemplo, estudo de impacto de programa de Educação Financeira nas escolas indicou aumento estatisticamente significativo na consciência dos alunos sobre o valor atual dos recursos e as consequências futuras de escolhas presentes. Já no Reino Unido, um estudo longitudinal apontou que habilidades cognitivas relacionadas à leitura e matemática, e comportamentais, como extroversão e colaboração, são fortes preditoras de bons resultados financeiros na vida adulta. (MONEY ADVICE SERVICE, 2017, apud SOUZA, 2019).

Após a criação da ENEF e, principalmente da Associação de Educação Financeira (AEF), é desenvolvido o Programa de Educação Financeira nas Escolas. A primeira ação ocorreu através da realização do Programa Piloto de Educação Financeira no Ensino Médio. O escopo abrangeu treinamento para 1.500 professores, desenvolvimento de livros didáticos e o ensino da temática para 27.000 alunos ao longo de três semestres, conforme artigo publicado pelo Banco Central (2018) intitulado de Educação Financeira nas Escolas: Desafios e Caminhos. (SOUZA, 2019).

Depois da ação, o Banco Mundial realizou uma análise e comparou essas 448 escolas com outras 500 escolas onde nada foi feito sobre EF, com o intuito de identificar alguma diferença no comportamento dos jovens em relação às finanças. A análise constatou que os alunos das escolas onde houve a aplicação do projeto mostraram um nível de letramento financeiro 7% superior ao das escolas onde nada foi feito e as famílias desses alunos mostraram nível de poupança 1% maior do que quando comparado às famílias de alunos sem disciplina de educação financeira. Isso significa que o jovem funciona como indutor da mudança de comportamento dentro da família. (BANCO CENTRAL, 2018)

A partir disso, o programa desenvolveu vários projetos com o passar dos anos. O mais importante ocorreu em 2017, quando o tema ganhou mais força, com a inclusão de educação financeira como tema transversal (TT) na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação infantil e do ensino fundamental. Segundo o documento de apresentação dos TT, eles são “questões sociais consideradas relevantes”, “problemáticas sociais atuais e urgentes, consideradas de abrangência nacional e até mesmo de caráter universal” (BRASIL, 1997, p.64).

Em 2014, a ENEF conduziu outro projeto-piloto direcionado aos alunos do 1º ao 9º ano com 400 professores e 14.886 alunos do Ensino Fundamental, sendo 651 turmas e 201 escolas. Em 2015 o projeto foi aplicado nas cidades de Joinville (SC) e Manaus (AM).

O critério de escolha das escolas desenvolveu-se a partir de estratificação por município e tipo de ciclo do ensino fundamental que a escola oferece se são apenas anos iniciais, anos finais ou todo o ensino fundamental. Quanto ao desenvolvimento da Avaliação de Impacto, o total de escolas participantes foi dividido em dois grupos. Apenas metade das instituições (101) recebeu o projeto, denominado grupo de tratamento. Já as outras 100 restantes escolas, fizeram parte do grupo de controle,

não recebeu os materiais. Assim, foi possível comparar a diferença entre os dois grupos, em relação ao conhecimento financeiro.

O trabalho também foi avaliado pelo Banco Mundial, e os resultados sugerem impacto positivo no conhecimento financeiro e nas atitudes relacionadas a decisões de consumo e poupança. A análise de impacto mostra que os alunos que participaram do projeto podem contribuir para o crescimento de 1% do PIB do Brasil. Segundo os avaliadores, os dados indicam que a eficácia do Programa depende de implementação mais criteriosa e que a forma de ensinar educação financeira para alunos dos anos iniciais talvez precise ser repensada.

Através dos resultados obtidos depois das aplicações dos projetos pilotos, não há dúvidas que o Programa de Educação Financeira nas Escolas é eficaz quando aplicado de forma correta, podendo auxiliar na formação de cidadãos devidamente letrados financeiramente e, conseqüentemente, trazendo benefícios para o futuro do aluno.

3. PROPOSTA DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE CONCEITOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Antes da apresentação do objeto central deste estudo, alguns esclarecimentos adicionais se fazem necessários, pois os mesmos permearam as preocupações que propiciaram a constituição desse trabalho. Com isso, queremos dizer que utilizamos, em diversos momentos desse estudo a expressão “proposta didática”, sem, no entanto, denotá-la com maior precisão. Nesse sentido, em muitos pontos desse estudo, assumimos o teor dessa expressão com o significado teórico proposto por Zabala (1998). Então, a seguir seguem algumas ponderações com as quais se objetiva articular a propositura deste estudo com estas reflexões também.

Convém dizer então que uma “sequência didática” pode ser entendida como uma série de atividades que conduzem a um objetivo, sendo que os níveis de cognição e dificuldade de cada etapa vão gradualmente aumentando, levando o aluno a construir seu conhecimento. Sendo assim, é um conjunto de aulas planejadas que pode ter a duração variando em dias de acordo com a necessidade e apresentando “desafios cada vez maiores aos alunos, permitindo a construção do conhecimento” (CRE MARIO COVAS, 2008).

Aqui então há um entrelaçamento importante com a perspectiva desta investigação, pois os níveis de cognição e dificuldades de cada etapa foram identificados no percurso teórico da pesquisa, a partir dos níveis de Letramento Financeiro apontados no exame da PISA e nas recomendações da ENEF para a Educação Financeira, por exemplo.

Uma sequência didática permite o trabalho interdisciplinar, dando a oportunidade do professor de recorrer a todas as áreas que achar necessário para uma boa compreensão do aluno. Assim, um tema pode ser abordado articulando a diversidade de pontos de vista. Esta didática de ensino defende a ativa participação do aluno no processo de ensino aprendizagem e a contextualização do saber escolar.

Para ZABALA (1998, p.18 – grifos do autor), a sequência didática é “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos”.

O objetivo das sequências didáticas é “fornecer aos alunos todas as informações necessárias para que conheçam o projeto comunicativo visado e a aprendizagem de linguagem a que está relacionado” (DOLZ, NOVERRAZ E SCHNEUWLY, 2004, p. 97).

Sobre as partes de uma sequência didática, Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p.98) mostram um esquema com quatro partes: **Apresentação da situação:** descrição detalhada da tarefa de expressão oral ou escrita que os alunos realizarão. **Produção inicial:** elaboração de um primeiro texto inicial (oral ou escrito) correspondente ao gênero trabalhado. **Módulos:** atividades e/ou exercícios que dão os instrumentos necessários para o domínio do gênero em questão. **Produção final:** o aluno poderá colocar em prática os conhecimentos adquiridos e, com o professor, medir os progressos alcançados.

Portanto, abaixo segue a proposta de sequência didática elaborada para se trabalhar alguns conceitos financeiros importantes, o passo a passo de como as atividades deverão ser desenvolvidas, seus objetivos, conteúdos trabalhados, e o público-alvo. As atividades são de acordo com alguns objetivos temporais e espaciais elaborados pela ENEF e todas as atividades descritas foram feitas no intuito de analisar e ajudar para que os alunos alcancem os níveis de Letramento Financeiro. Adicionalmente também procuramos descrever a constituição da proposta com o contexto usual de planejamento adotado em diferentes unidades de ensino.

3.1 Feira de Educação Financeira

TURMA/SÉRIE: Ensino Fundamental II – 6° ao 9° ano.

TEMA GERAL: Feira da Educação Financeira

CONTEÚDOS TRABALHADOS:

- Consumo responsável
- Consumismo
- Economia
- Endividamento
- Despesas familiares

- Orçamentos familiares
- Contas bancárias infantis
- Compras à vista e a prazo
- Phishings
- Riscos financeiros

APRESENTAÇÃO:

A proposta didática sugerida é uma Feira de Educação Financeira, onde a mesma será dividida em dois módulos. No primeiro módulo, fica sob responsabilidade dos professores apresentar aos alunos, os conteúdos que serão trabalhados na “feira” e, no segundo módulo, a feira será colocada em prática.

OBJETIVOS:

Esta proposta está objetivada para que os alunos se apropriem de conhecimentos sobre a Educação Financeira de forma diferenciada a desenvolver atitudes proativas e conscientes que permitam que os alunos aprendam a tomar decisões sozinhas, desenvolvendo assim competências e habilidades necessárias para lidar com as decisões financeiras que tomarão ao longo de suas vidas. Além disso, a proposta busca favorecer o interesse em aprender sobre as finanças cada vez mais, preparando-os para um futuro promissor e longe de dívidas.

DESENVOLVIMENTO:

MÓDULO 1

A princípio, os professores das turmas devem se reunir e entrarem em um consenso, ou realizar um sorteio, para decidirem qual conteúdo cada turma irá trabalhar, depois de decidido, os professores deverão apresentar aos alunos.

1ª Aula:

Nesse primeiro momento, os professores deverão informar às suas turmas sobre a ideia da feira, instruí-los a trabalhar de forma coletiva e se empenharem

para que tudo saia como planejado, além disso, também deverão explicar tudo que é necessário sobre o tema sorteado como conceitos, definições etc. É importante falar sobre a dinâmica de revezamento que será adotada na feira, na qual alguns alunos ficam apresentando, enquanto os outros observarão e participarão das atividades oferecidas pelos colegas.

MÓDULO 2

1º momento:

Construção das barracas e seus enfeites, feito pelos alunos com o auxílio dos professores e pesquisa de conteúdos complementares necessários sobre cada tema a serem desenvolvidos.

- **Barraca do Consumo Responsável**

O objetivo principal dessa barraquinha baseia-se no objetivo dois (Ob2) da ENEF exposto na seção 2.2, que é ensinar a consumir e poupar de modo ético consciente e responsável. Isto é, busca com que o aluno adquira competências, como: participar de decisões financeiras e ambientalmente responsáveis, e consiga distinguir desejos e necessidades de consumo e poupança no contexto do projeto de vida familiar.

É importante que o desenvolvimento da atividade seja articulado por etapas, de modo que, na primeira etapa a ideia é que os alunos responsáveis mostrem aos colegas os conceitos de consumo e consumismo, podendo abordar o assunto através de vídeos, textos ilustrativos e até explicações próprias com ajuda docente. Uma forma bem ilustrativa de conscientizar essas crianças pode ser através do vídeo **História para crianças - No Supermercado - Prioridade x Supérfluos / Educação financeira**². A capa do vídeo pode ser vista na figura 5.

²Disponível em: <https://youtu.be/DVMY9ZGF3FU>

Figura 5- Capa do Vídeo



Fonte: (HISTÓRIA... 2019)

Na segunda etapa, os alunos responsáveis deverão mostrar aos seus colegas exemplos de alimentos necessários e alimentos supérfluos (respectivamente), podendo usar panfletos de supermercados como nas Figuras 6.

Figura 6- Exemplo de alimentos necessários e supérfluos



Fonte: (CAMPELO, 2020)

Ao mostrar os exemplos, os organizadores podem realizar uma dinâmica criando um supermercado em sua barraca com produtos necessários e também supérfluos, podendo usar produtos de verdade, embalagens, ou figuras meramente

ilustrativas. Em seguida, entregar dinheiro falso aos participantes para que possam fazer as compras sozinhos.

Após as compras realizadas, aos alunos que praticarem o consumismo exagerado serão conscientizados, pelos alunos responsáveis pela banca, sobre os possíveis prejuízos que o consumo desnecessário pode trazer, e mostrar a eles a importância de economizar. Já os alunos que realizarem a atividade de forma correta, escolher apenas os produtos necessários, com o intuito de economizar, esses poderão ser integrados ao nível 1 de Letramento Financeiro, pois, terão a percepção financeira para reconhecer a diferença entre precisar e querer e conseguem tomar decisões simples relativas a gastos diários, conforme descrito no Quadro 1.

- **Barraca do pagamento à vista ou a prazo**

A barraca tem o intuito de trabalhar o objetivo três (Ob3) da ENEF exposto na seção 2.2, que tem o propósito de oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude, isto é, adquirir a compreensão da linguagem do mundo financeiro, através de um programa educativo, além de possibilitar ao indivíduo obter as informações necessárias para que tome suas decisões de modo autônomo e independente.

Na primeira etapa do desenvolvimento, os elaboradores da barraca deverão explicar os conceitos de compras à vista, que seria o pagamento do produto no ato da compra, e de compras a prazo, que é quando o consumidor opta por fazer o pagamento com um prazo mais longo, que é definido por cada loja. Fica interessante que seja mostrado algum vídeo ilustrativo sobre esses conceitos, sugerimos o vídeo: **A recompensa de quem sabe administrar o dinheiro**³, elaborado pela Sicredi e a turma da Mônica.

Na segunda etapa, os responsáveis deverão apresentar alguns problemas que envolvam compras com pagamentos à vista ou a prazo. Um exemplo é exibido pela figura 7.

³Disponível em: https://youtu.be/QF_bL2_yamA

Figura 7-Exemplo de problemas

Maria gostaria de comprar um aparelho celular em uma loja perto da sua casa. A loja disponibiliza duas formas de pagamento: caso efetue a compra à vista, o preço será de R\$ 1500,00, porém, se realizar a compra a prazo, poderá dividir em 9 parcelas de R\$ 300,00.



Qual forma de pagamento é mais vantajosa? À vista ou a prazo?

Fonte: Elaborado pela autora.

Após apresentar alguns problemas como o exemplificado, envolvendo a compras de produtos à vista ou parcelado, aos alunos deverão ser colocadas questões como:

- ✓ **Entre as duas possibilidades de efetuar o pagamento: a prazo ou à vista, é possível perceber alguma diferença? Faça os seus cálculos e registre.**
- ✓ **Há vantagem em se comprar à vista o celular? Explique.**

Podem ser elaboradas diversas outras indagações sobre esses casos de compras, fica a critério do professor e dos responsáveis levantarem questionamentos que levem o aluno a refletir sobre a importância de saber administrar o seu dinheiro, e saber fazer escolhas coerentes buscando sempre a opção mais vantajosa para se economizar sem abrir mão do produto.

Os alunos que conseguirem adquirir essa capacidade de tomar decisões financeiras inteligentes, sobre questões que estão presentes no seu dia a dia, que no caso é a necessidade de adquirir algum produto poderão ser incluídos no nível 2 de Letramento Financeiro, pois o mesmo abarca estudantes que começam a aplicar o conhecimento de produtos, termos e conceitos de finanças comumente usados. Além de conseguirem, com base em informações dadas, tomar decisões inteligentes em contextos relevantes, eles são capazes de reconhecer o valor de uma simples despesa, conseguem interpretar características proeminentes de documentos financeiros do cotidiano e aplicar operações básicas, incluindo divisão, para

responder a questões financeiras. A atividade aqui proposta instiga aos alunos essa reflexão quando for tomar decisões, e também exige que os alunos utilizem os conhecimentos básicos da matemática financeira na hora de fazer os cálculos para analisar o valor dos juros adicionado ao produto.

- **Barraca do Orçamento Familiar**

Nessa barraca o intuito é que os alunos possam alcançar o objetivo cinco (Ob5) da ENEF exposto na seção 2.2, que tem finalidade de ensinar o aluno a planejar a curto, médio e longos prazos: para se alcançar determinada situação, é necessário um planejamento envolvendo prioridades e renúncias que não seriam cogitadas pelo pensamento exclusivo do presente. Isto é, a barraca tem o propósito de mostrar ao aluno a importância de realizar um orçamento familiar para que todos seus planos seja uma viagem, compra de um automóvel etc., possam ser realizados, além do mais, vai ensiná-los a economizar de maneira saudável de modo que adquiram um orçamento superavitário, e que possam reconhecer o orçamento como ferramenta para compreensão dos próprios hábitos de consumo.

É importante que o desenvolvimento das atividades da barraca seja por etapas. Na primeira etapa, deve ser abordado o conceito de orçamento, a sua importância e vantagens. Existem alguns vídeos animados que abordam esse tema de forma divertida, um exemplo deles é um elaborado pela Sicred e a turma da Mônica, com o título: **Orçamento familiar**⁴. Que pode ser mostrado aos alunos com auxílio do Datashow.

Já na segunda etapa os alunos responsáveis deverão ensinar aos visitantes da barraca, como elaborar um orçamento. Sabe-se que um orçamento necessita de muitas anotações, pois devem ser anotadas todas as rendas da família e todas as despesas. Seria interessante que os donos da barraca elaborem um exemplo de orçamento familiar, usando papel e lápis, e usando planilhas, ou aplicativos. Após a demonstração, é necessário que os colegas visitantes da barraca construam seus próprios orçamentos familiares, utilizando as informações de receitas e despesas de suas famílias. Veja exemplo de planilha, na figura 8:

⁴Disponível em: <https://youtu.be/7v10sPwWo4s>

Figura 8- Modelo de planilha para orçamento familiar

Tabela de Controle do Orçamento Familiar							Copyright (C) Prof. Edson Pamplona - www.iem.unifei.edu.br/						
Mês	Janeiro		Fevereiro		Março								
Receitas	Prevista (R\$)	Recebida (R\$)	Prevista (R\$)	Recebida (R\$)	Prevista (R\$)	Recebida (R\$)							
Salários													
Aluguel													
Receitas extraordinárias													
Outros													
Receita total	0	0	0	0	0	0							
Despesas	Prevista (R\$)	Gasto (R\$)	Prevista (R\$)	Gasto (R\$)	Prevista (R\$)	Gasto (R\$)							
Moradia	0	0	0	0	0	0							
Aluguel													
Condomínio													
Prestação da casa													
Conta de luz													
Conta de água													
Gás													
Impostos													
Telefone													
Consertos/manutenção													
Outros													
Alimentação	0	0	0	0	0	0							
Supermercado													
Feira/sacolão													
Outros													

Fonte: (PAMPLONA, 2021)

Na terceira e última etapa os protagonistas da barraca fazem um tipo de avaliação, indagando aos participantes sobre os resultados dos seus orçamentos. Sugere-se perguntas como: suas receitas são maiores que suas despesas? Se não, o que fazer para diminuir os gastos desnecessários? É importante que os participantes da barraca possam adquirir esse pensamento financeiro, e possam colaborar com seus pais, para que tenham um orçamento superavitário, ou seja, que mantenham as suas despesas sempre menores que suas receitas, e conseqüentemente evitem endividamentos. Os alunos que conseguirem compreender essa atividade oferecida, colocando-a em prática, adquiriram habilidades e conhecimentos financeiros suficientes para serem incluído no nível 3 de Letramento Financeiro, que espera dos alunos o ato de começar a considerar as conseqüências de decisões financeiras, fazer planos financeiros simples em contextos familiares e escolher a operação numérica que precisam para resolver problemas rotineiros em contextos financeiros relativamente comuns, como cálculos de despesas.

- **Barraca das contas bancárias para crianças**

Essa barraca, baseia-se no objetivo 1 (Ob1) da ENEF exposto na seção 2.2, que é formar a criança para a cidadania, isto é, permitir que ela usufrua das

possibilidades que a vida pode oferecer, e também oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude. No caso, serão apresentadas as contas bancárias para crianças, pois, a compreensão da linguagem do mundo financeiro, através de um programa educativo, possibilita ao indivíduo obter as informações necessárias para que tome suas decisões de modo autônomo, e independente.

Há relatos de que, os responsáveis podem criar contas para suas crianças a partir dos três anos de idade, mas o momento mais adequado é após os seis anos, pois é quando a criança já entende mais de dinheiro e pode aprender com mais facilidade os sistemas dos bancos.

Na primeira etapa do desenvolvimento dessa barraca devem ser mostrados os tipos de contas bancárias oferecidas para o uso de crianças. Uma das contas destinadas às crianças já disponíveis no mercado é a Next Joy, que é a conta para crianças do banco digital Next. A opção gratuita do banco tem como objetivo oferecer aos dependentes uma nova forma de aprender sobre finanças. A figura 9 exibe o anúncio dessa conta.

Figura 9- Anúncio Conta Next Joy



Fonte: (NEXT, 2020)

Outra conta bastante escolhida pelos responsáveis para seus filhos é a conta kids, oferecida pelo Banco Inter, que é destinada para menores de 18 anos. A figura 10 exibe o anúncio dessa conta.

Figura 10- Anúncio Conta Kids



Fonte: (BANCO INTER, 2021)

Assim como esses exemplos, existem outras contas oferecidas por diversos bancos, e seria interessante que os responsáveis dessa barraca pesquisassem todas essas contas destinadas aos menores de idade, selecionassem as mais interessantes diante das suas visões, e apresentassem aos visitantes da barraca, definindo-as, apresentando suas vantagens, funções e ensinamentos.

É necessário que os participantes saiam conscientes sobre a relevância de ter uma conta, os benefícios que podem ter e a importância de aprender a economizar para poder usufruir disto futuramente. Alcançando tais conhecimentos financeiros, esses alunos podem ser inclusos no nível 4 de letramento financeiro, que traz em seus critérios de inclusão a habilidade que os alunos devem possuir pelo menos, conhecimentos básicos sobre contas bancárias e saber utilizá-las quando necessário.

- **Barraca dos *Phishing***

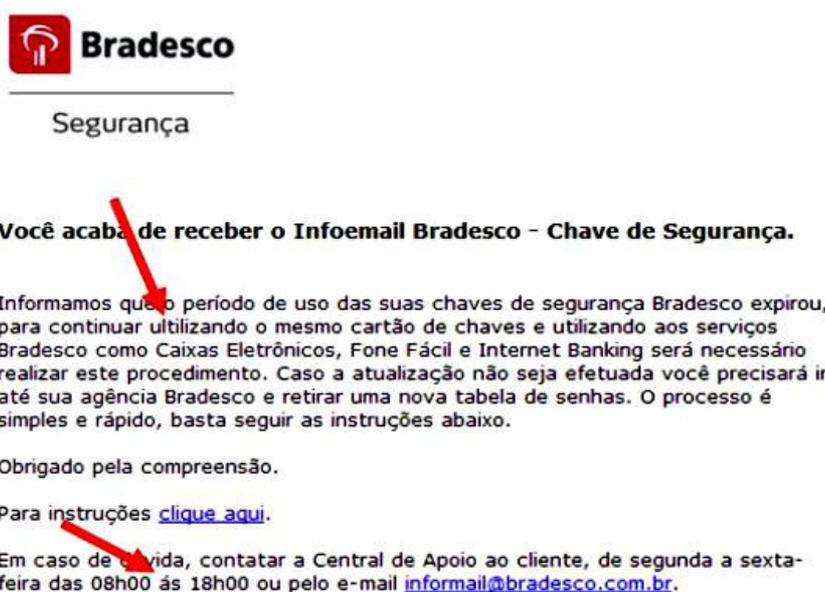
Essa barraca busca alcançar principalmente o objetivo seis (Ob6) da ENEF exposto na seção 2.2, que é desenvolver a cultura de prevenção: é prudente planejar pensando nas intempéries da vida. Ninguém está isento de enfrentar situações adversas e inesperadas no dia a dia. Nesse caso, o intuito é tentar evitar que a pessoa caia em um golpe financeiro, e tenha um prejuízo.

Na primeira etapa deve ser feito uma introdução sobre o que são Phishing: O termo *phishing* faz alusão à palavra em inglês *fishing*, que significa "pescaria", em tradução livre. A associação com essa atividade não é mero acaso, o *phishing scam* é uma tentativa de fraude pela internet que utiliza "iscas", isto é, artifícios para atrair a atenção de uma pessoa e fazê-la realizar alguma ação. Também devem ser informados os principais perigos do *phishing* e sugeridas estratégias para evitá-los. Além de explicar como o fraudador sabe que uma pessoa é cliente de uma determinada empresa e, principalmente, dar dicas de como se proteger desses Phishing.

O phishing costuma se passar por mensagem de bancos, operadoras de celular, órgãos públicos, entre outros. Portanto, nessa segunda etapa devem-se apresentar alguns exemplos de phishing, e mostrá-los como identificar que o e-mail possui teor fraudulento.

A figura 11 exibe um primeiro exemplo de phishing. Trata-se de um e-mail com erros gramaticais. Sabemos que instituições sérias, por zelarem da sua imagem, não emitem comunicados grosseiros. Logo, se você se deparar com uma mensagem com erros ortográficos e gramaticais em nome de uma empresa ou órgão do governo, muito provavelmente estará diante de um *phishing*.

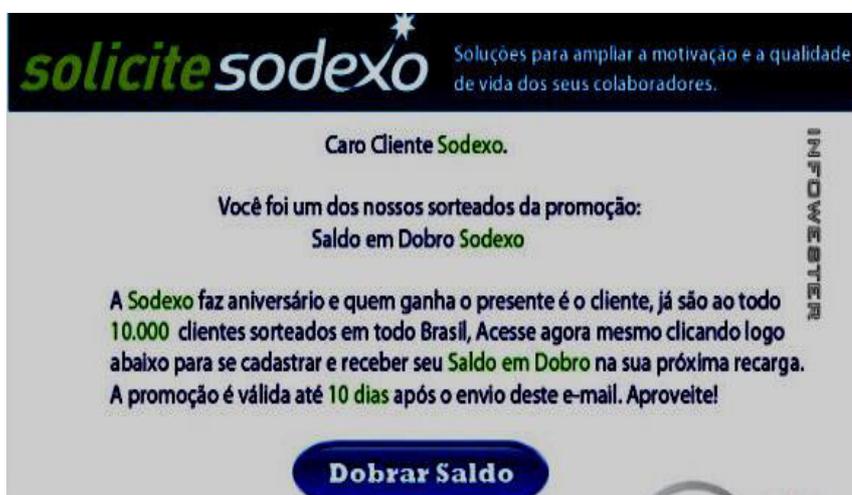
Figura 11- Phishing com erros ortográficos



Fonte: (ALECRIM, 2013)

Outro exemplo de phishing que pode ser dado é mensagens ou e-mail com promessa de prêmios ou recompensas. A figura 12 mostra um exemplo de phishing scam em nome de uma empresa de distribuição de benefícios para funcionários. O argumento utilizado é o de oferecer o dobro de bonificação após o usuário realizar um cadastro. No caso eles pedem para o funcionário realizar um cadastro, que provavelmente irá solicitar os seus dados, no entanto quando você é contratado em uma determinada empresa, eles já possuem seus dados, logo, esse é um dos motivos para ficar alerta.

Figura 12- Phishing oferecendo recompensa



Fonte: (ALECRIM, 2013)

Após alguns exemplos dados, deverá ser aplicada uma atividade aos visitantes da barraca, para analisar se os mesmos compreenderam como identificar um e-mail fraudulento, e que atitude tomar quando receber algo do tipo. A figura 13 segue um exemplo de como pode ser feita a atividade:

Figura 13- Exemplo de atividade sobre phishing

Prezado Cliente do Banco do Brasil,
 Ocorreu um erro no servidor do Banco do Brasil e os seus dados de acesso à internet foram perdidos.
 Portanto, você não tem acesso ao serviço de Internet Banking.
 O mais importante é que sua conta não está mais segura.
 Por favor, clique no link abaixo e siga as instruções para restaurar o acesso. Você será solicitado a fornecer seus dados bancários pela internet.
<https://bancobrasil.com/>

Fonte: elaborada pela autora

Após a leitura do e-mail, o participante deve responder as seguintes questões:

Maria é cliente do Banco do Brasil, ela recebe o e-mail da figura 13. Qual das afirmações abaixo seria um bom conselho para Maria? Circule “Sim” ou “Não” para cada afirmação.

Afirmação	Essa afirmação é um bom conselho para Maria?
Responder à mensagem de e-mail e fornecer seus dados bancários pela internet.	Sim/ não
Responder à mensagem de e-mail e pedir mais informações.	Sim/ não
Contatar o seu banco para saber sobre a mensagem do e-mail.	Sim/ não
Se o link é o mesmo que consta no endereço eletrônico do seu banco, clicar no link e seguir as instruções.	Sim/ não

Fonte: elaborada pela autora

É importante frisar que essa atividade pode ser modificada pelo professor e os alunos responsáveis, adicionando outras questões e com exemplos de outros tipos de *phishing*.

Essa atividade tem o objetivo de responder uma mensagem de e-mail com teor fraudulento sobre finanças, e os alunos que responderem adequadamente o questionamento exemplificado, ou seja, responderem **não, não, sim, não**, estarão incluídos no nível 5 de Letramento Financeiro, que exige justamente que o aluno possua conhecimentos financeiros suficientes para conseguirem lidar com tal situação que não é tão rotineira, assim se livrando de possíveis golpes financeiros.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Financeira não consiste somente em aprender a economizar, cortar gastos, poupar e acumular dinheiro. Vai muito além disso. Saber lidar bem com dinheiro é uma questão de melhoramento da qualidade de vida. Reconhecer esse fato não é comum, pois o planejamento financeiro não é prioridade para a maioria das pessoas, famílias, que acabam se dando conta de efetuar controles periódicos quando realmente o dinheiro já se tornou um problema em suas vidas. O ideal seria ter com o dinheiro uma relação saudável. Isto é, organizar-se, elaborar o orçamento, fazer as contas, planejar-se, começar a poupar, investir corretamente. O que, certamente, traria mais tranquilidade e menos estresse ao cotidiano.

A importância da Educação Financeira está relacionada à oferta de ferramentas para que as pessoas identifiquem elementos para terem uma vida financeira melhor, que tenha a possibilidade de se planejar financeiramente. Assim construindo um país mais estruturado e próspero, com menos dívidas.

Este trabalho, de forma alguma, expressa a única forma de se abordar conceitos financeiros, no entanto, tenta com algumas ideias que foram convertidas em uma proposta de sequência didática encontrar um modo que entendemos adequado e eficiente de ministrar o tema quando comparado com a forma tradicional de ensino que estamos acostumados.

A ideia da Feira da Educação Financeira surgiu a partir do conceito de feira livre. Como somos sabedores as feiras livres acontecem em lugares abertos e públicos, é onde os comerciantes em suas barracas oferecem seus produtos da melhor maneira possível. No nosso caso a feira será uma feira de conhecimentos financeiros, que deve ser levada para além da sala de aula. O intuito é que seja realizada, por exemplo, no pátio da escola, onde deverá ter as barraquinhas como na feira convencional, e o produto que será oferecido é o conhecimento, diversificado e aprimorado para chamar atenção do público, que não se resume apenas aos alunos do Ensino Fundamental II, mas à toda a comunidade escolar e geral.

Como já citado anteriormente no capítulo dois, existem alguns níveis de Letramento Financeiro, por isso, todas as atividades da proposta de sequência didática estão direcionadas para o alcance desses níveis por parte dos alunos. Além

de procurar desenvolver o pensamento crítico, adquirir habilidades e conhecimentos financeiros para melhor gestão dos seus patrimônios.

Assim espera-se que este trabalho seja fonte de inspiração para professores e futuros professores no caminho de ensinar e preparar cidadãos para uma sociedade cada vez mais moderna e capitalista, sabendo que os educadores são, em muitos casos, os principais responsáveis por quebra de paradigmas que a envolvem. Nesse caso, é preciso ser um profissional que se desafie a cada dia a realizar o melhor, e nesse sentido, a Educação Financeira se constituiu como um componente curricular que extrapola as paredes da sala de aula, e mostra-se importante na vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (AEF)- BRASIL. **Relatório Anual 2016**. Disponível em: Relatório-Anual-2016. pdf (vidaedinheiro.gov.br). Acesso em: 28 jan. 2021.

ALECRIM, Emerson. **O que é phishing? E como evitar golpes do tipo?** 2013. Disponível em: <https://www.infowester.com/phishing.php>. Acesso em: 15 mar. 2021.

ATKINSON, A.; MESSY, F. **Measuring financial literacy**. OECD, 2012. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/measuring-financial-literacy_5k9csfs90fr4-en. Acesso em: 26 Jul. 2020.

BANCO CENTRAL. **Educação Financeira nas Escolas: Desafios e Caminhos**. Educação Financeira nas Escolas, Banco Central, 14 ago. 2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/nor/releidfin/docs/art8_educacao_financeira_escolas.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

BANCO INTER (Minas Gerais). **Conta kids**. Disponível em: <https://www.bancointer.com.br/pra-voce/conta-digital/conta-kids/>. Acesso em: 27 fev. 2021.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BOVER, O., et al. **O impacto da educação financeira do ensino médio no conhecimento e nas escolhas financeiras**: evidências de um Estudo randomizado na Espanha, Documentos de Trabajo, Banco de España, nº 1801, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: matemática (1.º e 2.º ciclos do ensino fundamental) v. 3**. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Deliberação nº 3, de 31 de maio de 2007. **Deliberação N°3, de 31 de Maio de 2007**. Porto Alegre, RS: Lex Magister, 06 jul. 2007. n. 129, Seção 1, p. 60. Disponível em: http://www.lex.com.br/doc_1133245_DELIBERACAO_N_3_DE_31_DE_MAIIO_DE_2007.aspx. Acesso em: 08 maio 2020.

BRASIL. Deliberação nº 5, de 26 de junho de 2008. **Deliberação N°5, de 26 de Junho de 2008**. 129. ed. [S.L]: Diário Oficial da União, 08 jul. 2008. Seção 1, p. 32. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/deliberacoes/coremec>. Acesso em: 08 maio 2020.

BRASIL. Deliberação nº 6, de 27 de novembro de 2008. **Deliberação N°6, de 27 de Novembro de 2008**. 12. ed. [S.L]: Diário Oficial da União, 19 jan. 2009a. Seção 1, p. 43. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/deliberacoes/coremec>. Acesso em: 08 maio 2020.

BRASIL. Deliberação nº 8, de 19 de junho de 2009. **Deliberação Nº8, de 19 de junho de 2009**. 122. ed. [S.L]: Diário Oficial da União, 30 jun. 2009b. Seção 1, p. 91. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/deliberacoes/coremec>. Acesso em: 08 maio 2020.

BRASIL. Deliberação nº 9, de 04 de dezembro de 2009. **Deliberação Nº9, de 04 de dezembro de 2009**. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/deliberacoes/coremec>. Acesso em: 08 maio 2020.

BRASIL. Deliberação nº 10, de 13 de julho de 2010. **Deliberação Nº10, de 13 de Julho de 2010**. 136. ed. [S.L]: Diário Oficial da União, 19 jul. 2010a. Seção 1, p. 35. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/deliberacoes/coremec>. Acesso em: 08 maio 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2010b. Seção 1, p. 7-8. Disponível em: <https://security.ufpb.br/ceef/contents/documentos/decreto-no-7397/decreto-no-7397.pdf/view>. Acesso em: 08 maio 2020.

BRASIL. Vida e dinheiro. **Material didático**. 2010c. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/Enef/Default.aspx>. Acesso em: 24 abril 2020.

CAMPELO, Supermercados. **Ofertas especiais**. Araguaína, 13 nov. 2020. Instagram: @supermercadoscampelo. Disponível em: <https://instagram.com/supermercadoscampelo?igshid=esdxg7sflcue>. Acesso em: 19 fev. 2021.

CARDOZO, Juliana de Sousa. **Um olhar sobre a estratégia nacional de educação financeira – ENEF e sua potencial contribuição para a disseminação da cultura previdenciária**. 2011. 114 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília Brasília, 2011. Cap.3. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/3288/1/2011_JulianadeSousaCardozo.pdf. Acesso em: 24 abr. 2020.

CERBASI, Gustavo. **Pais inteligentes enriquecem seus filhos**. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

CNDL Brasil. **45% dos brasileiros não controlam as próprias finanças, mostra pesquisa sobre educação financeira do SPC Brasil e CNDL**. 2018. Disponível em: <https://site.cndl.org.br/45-dos-brasileiros-nao-controlam-as-proprias-financas-mostra-pesquisa-sobre-educacao-financeira-do-spc-brasil-e-cndl/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CONEF- Comitê Nacional de Educação Financeira. **Educação Financeira nas Escolas: Ensino Fundamental**: livro do professor. Brasília, 2014. 92 p. Disponível

em:https://issuu.com/edufinanceiranaescola/docs/ef_prof_livro_6_isbn_ok_web?e=1624914/52751683. Acesso em: 27 jul. 2020.

CRE MARIO COVAS. **Sequência Didática e História: Aulas que Desafiam e Ensinam**. Disponível em: [Matérias Especiais \(crmariocovas.sp.gov.br\)](http://matériasespeciais.crmariocovas.sp.gov.br). Acesso em: 28 nov. 2008.

D'AQUINO, Cássia de. **A importância da educação financeira**. Fev. 2003. Disponível em: <http://www.psicologia.org.br/internacional/pscl34.htm> > Acesso em: 02 Ago, 2020.

D'AQUINO, Cássia de. **Educação financeira infantil**. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 2012. Entrevista concedida à Débora Patrícia de Souza.

D'AQUINO, Cássia de. **Educação financeira: Como educar seus filhos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. **Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento**. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004, p. 95-128.

FERREIRA, Ricardo. **Educação financeira das crianças e adolescentes**. Portugal, Lisboa: Escolar Editora, 2013.

GIORDANO, Cassio Cristiano *et al.* **A Educação Financeira e a Base Nacional Comum Curricular**. Em Teia: Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana, Pernambuco, v. 10, n. 3, p. 1-20, jun. 2019. Disponível em: (pdf) [educação financeira e a base nacional comum curricular financial education and the common curricular national basis \(researchgate.net\)](https://www.researchgate.net/publication/334111111). Acesso em: 29 jul. 2020

HILL, N. **Quem pensa enriquece**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2009.

HISTÓRIA para crianças - No Supermercado - Prioridade x Supérfluos / Educação financeira. Produção de Renata Davite Fernandino. S.l: Finanças.Com.Crianças, 2019. (7 min.), son., color. Disponível em: <https://youtu.be/DVMY9ZGF3FU>. Acesso em: 17 fev. 2021.

HUNG, A.; PARKER, A.M .; YOONG, J. **Definindo e medindo a alfabetização financeira**. Conjunto 2. 2009. RAND Working Paper Series WR-708. Disponível em: SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1498674> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1498674>. Acesso em: 26 jul. 2020.

KIOYOSAKI, Robert T.; LECHTER, S. L. **Pai rico, pai pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro**. 66 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

KLEIMAN, A. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

MANDELL, L. **Alfabetização financeira de estudantes do ensino médio: Manual de financiamento ao consumidor pesquisa**. Springer, Nova York, NY, p. 163-183, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. – 6. reimpr. São Paulo: Atlas: 2011.

MODERNELL, Álvaro. **Por que educação financeira para crianças?** Disponível em: <http://www.maisativos.com.br/index.php?ac=leiamais&ar=50>. Acesso em: 23 Jun. 2020.

MONEY ADVICE SERVICE. **The journey from childhood skills to adult financial capability – analysis of the 1970 British Cohort Study**, London Economics, 2017. Disponível em: [The journey from childhood skills to adult financial capability – analysis of the 1970 British Cohort Study - November 2017 | London Economics](https://www.london-economics.com/insights/the-journey-from-childhood-skills-to-adult-financial-capability-analysis-of-the-1970-british-cohort-study). Acesso em: 08 Fev. 2021.

NEXT (São Paulo). **Conta NextJoy**. 2020. Disponível em: <https://next.me/nextjoy>. Acesso em: 27 fev. 2021.

OECD (2017), **PISA 2015 Results (Volume IV): Students' Financial Literacy**, PISA, OECD Publishing, Paris. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/education/pisa-2015-results-volume-iv_9789264270282-en. Acesso em: 25 jul. 2020.

OECD. **Measuring financial literacy: Questionnaire and guidance notes for conducting an internationally comparable survey of financial literacy**. **Periodical Measuring Financial Literacy: Questionnaire and Guidance Notes for conducting an Internationally Comparable Survey of Financial Literacy**, 2011. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/49319977.pdf>. Acesso em: 19 Jul. 2020.

OECD. **Recomendação sobre princípios e boas práticas para educação e conscientização financeira: recomendação do Conselho**. 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/46193218.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

ORTON, L. **Financial Literacy: Lessons from international experience**. Canadian Policy Research Network - CPRN Research Report. September, 2007. Disponível em: http://oaresource.library.carleton.ca/cprn/48647_en.pdf. Acesso em: 22 Jun. 2020.

PAMPLONA, Edson. **Planilha de Orçamento e Planejamento Familiar**. Disponível em: <http://ultradownloads.com.br/biblioteca/planilhas/Planilha-de-Orçamento-e-Planejamento-Familiar/>. Acesso em: 17 fev. 2021.

PEIC/CNC. **O perfil do endividamento das famílias brasileiras em 2020**. 2020. Disponível em: [Análise Peic - anual 2020.pdf \(cnc.org.br\)](https://www.cnc.org.br/Analise-Peic-anual-2020.pdf). Acesso em: 05 de Fev. 2021.

PEREIRA, Débora Hilário (et al.). **A educação financeira infantil seu impacto no Consumo consciente**. 2009. 75 f. Monografia (Bacharel em Administração) – Faculdades Integradas Campos Salles, São Paulo, 2009.

PISA (2015), **Resultado do Brasil na Avaliação de Letramento Financeiro**.

Disponível em:

http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa_letramento_financeiro_brasil.pdf. Acesso em: 02 Agosto 2020.

ROCHA, Ricardo Humberto. **Educação financeira em pauta**. Disponível em:

<<http://www.hsm.com.br/artigos/educacao-financeira-em-pauta>>. Acesso em: 10 Ago, 2020.

ROLIM, Maria Regina Laginha Barreiros. **O ensino de matemática financeira por meio da criação de objetos de aprendizagem**. Tese de Doutorado. Tese de

doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Cruzeiro do Sul, 2014. Disponível em:

<https://docplayer.com.br/7903572-Universidade-cruzeiro-do-sul-programa-de-pos-graduacao-doutorado-em-ensino-de-ciencias-e-matematica.html>. Acesso em: 27 jul. 2020

SANTOS, Liliane Souza. **A importância da educação financeira nas empresas sob o aspecto da produtividade e da redução dos acidentes de trabalho**.

Revista Científica Hermes, Osasco, v.8, p.140-149, 2013. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/4776/477647815008.pdf>. Acesso em: 24 abril 2020.

SECCO, Renata Lima. **Importância da Educação Financeira na Infância: uma revisão de literatura**. 2014. Disponível em:

<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/14/educacion-financiera.html>. Acesso em: 08 Dez. 2019.

SENA, F. D. L. **Educação financeira e estatística: estudo de estruturas de letramento e pensamento**. 2017. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em:

<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20154>. Acesso em: 01 ago. 2020.

SICREDI. **Canal do Youtube**. 21 maio 2010. Disponível em:

<https://www.youtube.com/c/sicredi/about>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SOUZA, Débora Patrícia de. **A importância da educação financeira infantil**. 2012. 76 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Contábeis, Centro Universitário Newton Paiva, Faculdade de Ciências Sociais Aplicada, Belo Horizonte, 2012. Cap. 3. Disponível em:

<http://www.educacaofinanceira.com.br/tcc/importancia-da-educacao-financeira-infantil.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.

SOUZA, Hygor Araújo de. **Nível de educação financeira x grau de endividamento**: um estudo com os servidores públicos estaduais da saúde do Rio Grande do Norte. 2019. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Cap. 2. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/9947/1/EducacaoFinanceiraEndividamento_Souza_2019. Acesso em: 20 ago. 2020.

SPC BRASIL (São Paulo). **Pesquisas**: índices econômicos. 2020. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/indices-economicos>. Acesso em: 15 fev. 2021.

TFOUNI, L. V. **Adultos não alfabetizados**: o avesso do avesso. Campinas: Pontes, 1988.

UNESCO. **Aspects of Literacy Assessment**: Topics and issues from the UNESCO Expert Meeting. 2005. Disponível em: Aspects of literacy assessment: topics and issues from the UNESCO Expert Meeting - UNESCO Digital Library. Acesso em: 20 jan. 2021.

VITT, L. A. **As decisões financeiras dos consumidores e a psicologia dos valores**. Jornal de profissionais de serviços financeiros. Nov. 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228292732_Consumers'_Financial_Decisions_and_the_Psychology_of_Values. Acesso em: 22 Jun. 2020.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998. 224 p. Tradução Ernani da F. da F. Rosa. Disponível em: <https://www2.ifmg.edu.br/ribeiraodasneves/noticias/vem-ai-o-iii-ifmg-debate/zabala-a-pratica-educativa.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2021.